

Entre permanências e reformas: patrimonialismo e neocoronelismo como forças estruturantes do Brasil contemporâneo

Mauro Gonçalves Camara

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

Este artigo investiga a persistência do patrimonialismo e do neocoronelismo como forças estruturantes da política e da organização social no Brasil contemporâneo, mesmo após décadas de redemocratização e alternância de governos. A pesquisa adota como referência o Pensamento Social Brasileiro, articulando autores clássicos como Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e Victor Nunes Leal, com contribuições recentes de Fernando Henrique Cardoso, Zeina Latif, Sérgio Lazzarini e Luís Roberto Barroso. O patrimonialismo é tratado não como anomalia institucional, mas como sistema adaptativo capaz de se **reorganizar** em ambientes democráticos e tecnocráticos. Já o neocoronelismo é apresentado como atualização urbana e simbólica das práticas clientelistas tradicionais, incorporando o protagonismo de empresários, lideranças religiosas e figuras midiáticas em novos currais eleitorais. A análise identifica três eixos centrais: (i) o patrimonialismo como estrutura histórica e cultural enraizada nas relações sociais; (ii) sua reconfiguração institucional em contextos de alta capacidade técnica, marcada pela captura burocrática e opacidade decisória; e (iii) os desafios da superação reformista dentro dos limites democráticos existentes. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica crítica, análise de discursos públicos e estudo de episódios institucionais que ilustram a adaptabilidade dessas práticas. As considerações finais defendem uma via reformista racional e pragmática, inspirada por pensadores como Fernando Henrique Cardoso, capaz de promover avanços graduais, sem romper com os marcos da institucionalidade republicana. Nesse horizonte, destaca-se o paradoxo entre o tempo lento da reforma e a “era da urgência” das demandas sociais, conforme diagnosticado por Paulo Arantes. O trabalho conclui que reformas sólidas exigem mais do que boa vontade: requerem enfrentamento consciente das estruturas resilientes que moldam o Estado brasileiro desde sua origem.

Palavras-chave: Patrimonialismo, Neocoronelismo, Reformismo democrático, Captura do Estado

ABSTRACT

This article investigates the persistent role of patrimonialism and neocoronelismo as structuring forces within Brazilian politics and society, despite decades of democratization and political alternation. Drawing upon the tradition of Brazilian Social Thought, the study combines classic theoretical frameworks by Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, and Victor Nunes Leal with contemporary contributions from Fernando Henrique Cardoso, Zeina Latif, Sérgio Lazzarini, and Luís Roberto Barroso. Patrimonialism is not treated as a historical anomaly, but as an adaptive system that reorganizes itself under democratic and technocratic arrangements. Neocoronelismo is analyzed as a symbolic and urban update of traditional clientelist practices, now reinforced by business leaders, religious figures, and digital influencers operating new electoral strongholds. Three analytical axes organize the inquiry: (i) patrimonialism as a deeply rooted historical and cultural structure; (ii) its institutional reconfiguration in contexts of high technical capacity, marked by bureaucratic capture and opaque decision-making; and (iii) the reformist challenge of overcoming these structures within democratic limits. The methodology is based on critical bibliographical review, institutional discourse analysis, and the examination of contemporary episodes that exemplify the adaptability of patrimonialist practices. Final considerations advocate for a rational and pragmatic reformist path — inspired by thinkers such as Fernando Henrique Cardoso — capable of promoting gradual yet meaningful advances without undermining democratic institutions. Within this context, the tension between slow institutional timing and the demands of the “age of urgency,” as diagnosed by Paulo Arantes, highlights the need for reforms that confront the resilient structures shaping the Brazilian state.

Keywords: Patrimonialism, Neocoronelismo, Democratic Reformism, State Capture

Instituição afiliada – Mestre em Ciências Navais (Marinha do Brasil)/Mestrando em Administração (UFF)

Dados da publicação: Artigo aceito em 19 de Junho e publicado em 29 de Julho de 2025

DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v4i2.375>

Autor correspondente: Mauro Gonçalves Camara

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende contribuir para a compreensão da persistência do patrimonialismo e do neocoronelismo como forças estruturantes da política e da organização social no Brasil, mesmo após a redemocratização e a alternância de governos de diferentes orientações ideológicas. A pesquisa será conduzida com base na tradição do Pensamento Social Brasileiro e sob viés reformista e liberal-democrático. Mesmo após décadas de redemocratização e reformas institucionais, o Brasil continua enfrentando obstáculos estruturais à consolidação de um Estado moderno, eficiente e responsivo às demandas sociais. A persistência de práticas patrimonialistas e clientelistas compromete a efetividade das políticas públicas, fragiliza os mecanismos de “accountability” e limita o desenvolvimento econômico e social do país.

A presente pesquisa buscará ampliar a compreensão sobre de que modo essas estruturas se mantêm e se reinventam na atualidade, analisando como o patrimonialismo e o neocoronelismo se mantêm como forças estruturantes da política e da organização social no Brasil contemporâneo, e refletir sobre os limites que essas permanências impõem ao desenvolvimento brasileiro.

Apesar das alternâncias políticas e da expansão institucional ocorridas nas últimas décadas, o Brasil continua marcado pela permanência de estruturas patrimonialistas e coronelistas que moldam o exercício do poder e limitam os efeitos de políticas voltadas ao progresso social. Essa realidade é amplamente analisada por autores como Raymundo Faoro e Victor Nunes Leal, cujas obras ajudam a compreender os fundamentos históricos dessas práticas. Ao mesmo tempo, é preciso refletir sobre estratégias de superação desses entraves dentro dos limites da institucionalidade democrática e da cultura política existente. Ao adotar uma abordagem reformista, inspirada em pensadores como Fernando Henrique Cardoso, este trabalho pretende contribuir com uma leitura crítica e pragmática do Brasil atual, reconhecendo os limites da transformação social, mas apostando na possibilidade de avanços graduais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise teórica e interpretativa. O principal procedimento metodológico será a revisão bibliográfica crítica, com base em autores clássicos (como Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e Victor Nunes Leal), bem como em interpretações contemporâneas do patrimonialismo formuladas por pensadores liberais como Sérgio Lazzarini, Zeina Latif e Luiz Alberto Machado.

A revisão será complementada com o exame de discursos institucionais, pronunciamentos públicos de autoridades e episódios político-institucionais recentes que ilustrem a persistência e a reconfiguração de práticas patrimonialistas, clientelistas e neocoronelistas no Brasil.

O trabalho não envolve a realização de pesquisa nem obtenção de dados primários. A triangulação entre aportes teóricos, análises empíricas e exemplos contemporâneos permitirá identificar a resiliência estrutural das práticas patrimonialistas, bem como seus impactos sobre a cidadania e a capacidade institucional do Estado.

Nessa perspectiva, serão incorporadas as contribuições de analistas como Sérgio Lazzarini, que explora a interpenetração entre interesses privados e o Estado na lógica do "capitalismo de laços", e Zeina Latif, que denuncia o "Estado capturado" por corporações e grupos privilegiados.

Além da literatura especializada, serão examinadas declarações recentes de autoridades da República que apontam explicitamente para a permanência de lógicas patrimonialistas no funcionamento das instituições brasileiras. Tais manifestações evidenciam que o patrimonialismo não é apenas um conceito acadêmico proposto por Raimundo Faoro ou Sérgio Buarque de Holanda, mas um problema vivo no debate público e político contemporâneo.

Dessa forma, a pesquisa se organiza a partir da seguinte questão norteadora:

De que maneira o patrimonialismo e o neocoronelismo persistem como forças estruturantes da vida política e social no Brasil contemporâneo, mesmo diante da alternância de governos e da ampliação formal dos mecanismos democráticos, limitando o desenvolvimento econômico da nação?

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

3.1 Revisão da Literatura

A revisão de literatura foi conduzida de forma sistemática. O processo buscou identificar, selecionar e analisar criticamente estudos acadêmicos que abordassem os conceitos de patrimonialismo, clientelismo, captura do Estado e desempenho institucional na América Latina, com ênfase no Brasil.

A seleção foi realizada por meio da plataforma Parsifal, nas bases Google Acadêmico, ResearchGate, Science@Direct e Scopus. Os descritores utilizados para a busca incluíram as expressões (em inglês e português): "patrimonialismo" OR "patrimonialism", "clientelismo" OR "clientelism", "Estado" OR "State", "captura do Estado" OR "state capture", "burocracia" OR "bureaucracy", "América Latina" OR "LatinAmerica", "Brasil" OR "Brazil", "accountability", "política local" OR "local politics". A combinação booleana foi realizada com o operador AND entre grandes eixos temáticos, de modo a refinar os resultados.

Figura 1 – Estratégia de busca

Search

Parsifal is integrated with Scopus's and Science@Direct's databases. To enable the automatic search pick them as sources in the planning tab.

Scopus

Query

(("patrimonialismo" OR "patrimonialism" OR "coronelismo" OR "coronelism" OR "neocoronelismo" OR "neo-coronelism" OR "clientelismo" OR "clientelism" OR "poder local" OR "local power" OR "elites políticas" OR "political elites") AND ("Estado brasileiro" OR "Brazilian state" OR "Brasil contemporâneo" OR "contemporary Brazil" OR "pensamento social brasileiro" OR "Brazilian social thought") AND ("progresso social" OR "social progress" OR "cidadania incompleta" OR "incomplete citizenship" OR "modernização institucional" OR "institutional modernization" OR "reforma política" OR "political reform" OR "desenvolvimento político" OR "political development"))

Fonte: elaborado pelo autor

O recorte temporal privilegiou publicações de 2010 a 2025. Foram incluídos livros acadêmicos, artigos em periódicos revisados por pares e capítulos de coletâneas organizadas por universidades ou editoras reconhecidas.

Critérios de inclusão:

- Textos que discutem diretamente as noções de patrimonialismo, clientelismo ou

captura do Estado;

- Pesquisas aplicadas à realidade brasileira ou latino-americana;
- Estudos que conectem estruturas políticas informais com o funcionamento das instituições públicas;
- Obras clássicas e contemporâneas que tenham forte impacto no debate acadêmico sobre o tema.

Critérios de exclusão:

- Trabalhos anteriores a 2010;
- Estudos que tratem exclusivamente de identidade nacional, raça ou etnicidade, sem relação direta com a estrutura político-institucional;
- Textos focados em contextos exógenos à América Latina, sem conexão comparativa com o Brasil;
- Publicações inacessíveis na íntegra;
- Resumos sem consistência analítica ou aplicação empírica.

Ao final do processo, foram selecionados dezesseis artigos/livros/capítulos de livro, pela relevante contribuição à temática desta pesquisa, além de clássicos do Pensamento Social Brasileiro.

A literatura evidencia a resiliência de estruturas patrimonialistas, a instrumentalização da burocracia por elites políticas e a tensão entre profissionalização do Estado e captura de suas funções. Aponta-se também o papel das reformas, da cultura política e das práticas participativas na disputa por redefinição dos espaços públicos. A análise dessas contribuições sustenta a hipótese de que as estruturas patrimonialistas não apenas persistem, como se adaptam e se sofisticam no contexto democrático.

A seguir, apresenta-se a análise crítica dos estudos selecionados.

3.1.2 Análise da Literatura Obtida

O debate contemporâneo sobre a persistência de estruturas patrimonialistas em democracias latino-americanas tem se voltado à análise das formas como elites políticas capturam e instrumentalizam a máquina pública. Tal captura não ocorre, necessariamente, em contextos de baixa capacidade técnica do Estado — como

evidenciam Salazar-Morales (2023) e Romero (2025) — mas pode ser viabilizada justamente por meio dela.

Salazar-Morales (2023), a partir de estudo empírico no setor de saúde do Peru, propõe uma “teoria mercantil do conhecimento especializado” em regimes patrimonialistas. Segundo o autor, políticos experientes utilizam o conhecimento técnico não apenas para governar de maneira mais eficiente, mas para capturar funções-chave da burocracia, redirecionando recursos públicos para obter ganhos eleitorais e, de forma incidental, gerar resultados positivos em políticas públicas. A análise revela que a expertise técnica pode ser mobilizada estrategicamente para ampliar o controle político sobre os aparelhos administrativos, especialmente em contextos institucionais frágeis.

Essa lógica é confirmada por Romero (2025), que analisa contratos públicos na Guatemala e demonstra que a competência técnica da burocracia, quando submetida a controle político, tende a facilitar práticas de favorecimento. Nesse modelo, burocratas qualificados utilizam sua expertise para blindar juridicamente licitações e garantir vitórias de empresas aliadas a políticos, revelando que a capacidade técnica não impede a corrupção — pode, inclusive, torná-la mais sofisticada e menos detectável.

Salazar-Morales e Lauriano (2021), por sua vez, oferecem uma tipologia dos servidores públicos latino-americanos, distinguindo quatro arquétipos: nomeados por patronagem, tecnocratas, lealistas e carreiristas. Essa classificação evidencia como o arranjo institucional molda o comportamento burocrático em contextos patrimonialistas. Os “nomeados por patronagem” e os “lealistas” operam de forma alinhada a interesses políticos imediatos, em detrimento do interesse público, enquanto os “tecnocratas” e “carreiristas” revelam tensões entre profissionalização e controle político. A tipologia contribui para uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos pelos quais se reproduzem relações clientelistas, especialmente quando a meritocracia burocrática é enfraquecida por estratégias de dominação política.

Por outro lado, o estudo de Capano e Oliveira (2025), focado na realidade federativa brasileira, oferece uma abordagem mais normativa da capacidade estatal, evidenciando sua relevância para o sucesso de políticas sociais. Os autores apontam

que a eficácia de programas federais depende da articulação entre capacidades analítica, operacional e política — sendo esta última essencial para conectar burocracias locais e federais, contornando os efeitos do “patrimonialismo subnacional”. O trabalho sugere que, mesmo diante de estruturas políticas fragmentadas, é possível obter resultados positivos quando a coordenação técnica é robusta e há ambiente institucional favorável à cooperação federativa.

Essa tensão entre eficiência institucional e captura política é aprofundada por Testa, Mesquita e Bolognesi (2024), ao analisarem os efeitos da reforma eleitoral de 2017 no Brasil. Embora a reforma tenha sido apresentada como uma medida moralizadora — ao extinguir coligações proporcionais e estabelecer cláusulas de desempenho partidário — seus efeitos concretos favoreceram partidos médios associados ao chamado “centrão 2.0”. Ao absorverem os recursos outrora distribuídos a pequenas legendas, partidos fisiológicos concentraram ainda mais poder, revelando a adaptabilidade das elites políticas às reformas. Assim, a suposta racionalização do sistema político não implicou em ruptura com práticas clientelistas, mas apenas em sua reorganização dentro de novos contornos institucionais.

Essa leitura encontra eco na pesquisa de Rougier, Combarous e Fauré (2022), ao abordar o impacto de “dinastias políticas” locais sobre o desenvolvimento econômico no Nordeste brasileiro. Os autores demonstram que, mesmo após o processo de redemocratização, persistem formas modernas de coronelismo, nas quais o poder político é mantido por famílias tradicionais que dominam o setor público municipal. Esse domínio resulta em práticas patrimonialistas de apropriação da máquina pública, como o excesso de contratações e a manutenção de redes clientelistas. Embora essa estabilidade dinástica possa, em certos contextos, garantir alguma continuidade de políticas públicas, ela também impõe barreiras à modernização institucional, reduz a competição eleitoral e perpetua desigualdades locais.

Cristensen e Garfias (2021) complementam esse panorama ao analisarem os incentivos políticos relacionados à arrecadação fundiária no Brasil. O estudo revela que prefeitos evitam atualizar o cadastro de propriedades — essencial para melhorar a arrecadação — para não desagradar suas bases eleitorais. Esse comportamento é indicativo do uso patrimonialista da máquina fiscal como ferramenta de manutenção de poder,

reforçando vínculos clientelistas e limitando a capacidade de modernização institucional. Os autores demonstram que apenas gestores sem perspectiva de reeleição promovem tais reformas, revelando que, mesmo em regimes democráticos, o ciclo eleitoral pode reforçar práticas conservadoras e disfuncionais.

A esse conjunto, somam-se os aportes teóricos de Peters (2021), que investiga como tradições administrativas herdadas do período colonial continuam a moldar o comportamento burocrático em países da América Latina. O autor enfatiza que tais tradições — marcadas pelo personalismo e pela baixa distinção entre público e privado — limitam o alcance de reformas institucionais. Ele também destaca que a profissionalização da burocracia não garante, por si só, a superação do patrimonialismo, pois a cultura administrativa pode ser mobilizada politicamente, especialmente em contextos de baixa accountability institucional. Peters (2021) reforça, assim, a ideia de que transformações efetivas requerem mudanças culturais e estruturais profundas — o que dialoga diretamente com Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro, ao enxergar o patrimonialismo como um traço estrutural e societal da formação estatal brasileira.

Nesse contexto, o estudo de Vaz (2011) oferece uma perspectiva crítica ao examinar os mecanismos institucionais criados pela Constituição de 1988, especialmente no nível municipal, para promover a participação cidadã. O autor destaca que conselhos gestores e orçamentos participativos se disseminaram como estratégias para democratizar a gestão pública e combater práticas clientelistas. No entanto, esses espaços são frequentemente capturados por elites locais ou esvaziados politicamente, revelando a tensão entre inovação institucional e permanência das lógicas patrimonialistas. O trabalho de Vaz dialoga diretamente com Vitor Nunes Leal e Gervasoni (2021), ao indicar que a autonomia municipal pode tanto abrigar experiências democráticas quanto servir de base para a reprodução de feudos políticos. Além disso, suas observações se articulam à crítica de Ansell (2014), ao sugerir que mesmo formas institucionalizadas de participação podem coexistir — e até se entrelaçar — com redes informais de influência, operando sob uma lógica de “cidadania administrada”.

A esse respeito, o trabalho de Drybread (2018) também fornece elementos relevantes.

Ao investigar a racialização do crime no Brasil e a impunidade das elites políticas, a autora mostra como o foro privilegiado e os mecanismos legais de proteção reforçam a perpetuação de clãs políticos tradicionais, sobretudo no Nordeste. Em sua análise, práticas patrimonialistas se entrelaçam a marcadores de classe e raça, revelando que a resistência às reformas não é apenas institucional, mas também simbólica — resultado da percepção de que o poder público é uma extensão do patrimônio familiar.

Outro aporte central é o artigo de Filgueiras (2018), que caracteriza o patrimonialismo como um problema estrutural e societal. Revisitando Faoro e Sérgio Buarque, o autor argumenta que o Brasil não superou as raízes patrimonialistas com a adoção de modelos burocráticos ou gerenciais. Ao contrário, formou-se um sistema híbrido, no qual características patrimonialistas se mesclam a formas modernas de administração pública. Esse patrimonialismo modernizado opera de forma difusa, alimentando redes informais de poder, "anéis burocráticos" e estruturas que perpetuam privilégios mesmo sob um discurso de racionalização e eficiência.

Esses achados ganham robustez com a análise de Gervasoni (2021), que desenvolve a noção de regimes híbridos subnacionais, especialmente em contextos de alto federalismo fiscal. O autor mostra como a dependência de transferências intergovernamentais permite que elites locais operem com relativa autonomia frente à sociedade civil, reduzindo o peso da cobrança democrática e fortalecendo o clientelismo. No Brasil, a elevada dependência de municípios em relação a repasses federais contribui para a consolidação de feudos políticos, em linha com as observações clássicas de Vitor Nunes Leal sobre o coronelismo.

Essa leitura se articula diretamente com a análise de Kingstone e Power (2017) sobre a governabilidade brasileira contemporânea, que revela a persistência de práticas clientelistas e personalistas que fragilizam a accountability democrática e comprometem a institucionalidade do Executivo. Essa dinâmica dialoga com Victor Nunes Leal, para quem o município brasileiro constitui o espaço onde se desenvolve a vida real, mas permanece politicamente esvaziado e instrumentalizado por forças centralizadoras. Leal observa que o coronelismo corresponde a uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, evidenciando como a fragilidade institucional do município favorece

a reprodução de lógicas patrimonialistas.

Essa leitura é aprofundada por Faoro, que identifica no patrimonialismo brasileiro uma estrutura estamental que se apropria do Estado como extensão de interesses privados, impedindo a consolidação de uma esfera pública autônoma. Segundo o autor, o estamento burocrático governa em nome próprio, não representando a nação, mas seus próprios interesses, o que reforça a ideia de que, mesmo em contextos democráticos, o Estado brasileiro permanece capturado por elites que operam à margem da legalidade republicana.

A essa tradição crítica soma-se a análise de Ansell (2014), cujo conceito de “hierarquia íntima” oferece uma inflexão etnográfica à crítica do patrimonialismo. Enquanto Faoro denuncia o controle do “estamento burocrático” sobre o Estado, e Buarque de Holanda expõe o “homem cordial” como agente da fusão entre público e privado, Ansell demonstra que, no Nordeste brasileiro, as trocas personalizadas entre políticos e eleitores também podem ser vividas como práticas legítimas de pertencimento. Para grupos populares, o clientelismo pode representar uma forma prática de reconhecimento moral, revelando uma “cidadania híbrida” que não se opõe frontalmente à modernidade, mas a ressignifica desde as margens.

A literatura analisada converge, portanto, na constatação de que reformas administrativas ou eleitorais que não enfrentam os fundamentos estruturais do patrimonialismo tendem a reproduzir as desigualdades de poder que pretendem combater. Em ambientes caracterizados pela confluência do capital político, da dependência fiscal e do controle burocrático, a expertise técnica do Estado, em vez de atuar como um contraponto ao clientelismo, pode, paradoxalmente, constituir um de seus mecanismos facilitadores (OLIVIERI, 2011). Ao evidenciar a resiliência de práticas patrimonialistas tanto em níveis locais quanto nacionais, os estudos sugerem que avanços institucionais dependem de mudanças estruturais mais profundas, envolvendo o sistema de incentivos, a cultura política e o fortalecimento dos mecanismos de accountability.

3.1.3 Três Eixos da Literatura sobre Patrimonialismo no Brasil

A literatura examinada permite a identificação de três grandes eixos temáticos que

estruturam a compreensão contemporânea do patrimonialismo como fenômeno persistente e adaptável no Brasil.

O primeiro eixo reúne autores que tratam o patrimonialismo como uma estrutura histórica e cultural profundamente enraizada na formação do Estado brasileiro. Nessa perspectiva, o patrimonialismo não se reduz a uma falha institucional transitória, mas constitui um padrão duradouro de dominação política. Obras clássicas como as de Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, bem como releituras contemporâneas como Filgueiras (2018) e Ansell (2014), destacam a fusão entre as esferas pública e privada, a centralidade do estamento burocrático e a reprodução de vínculos personalistas como marcas estruturais da vida política nacional. Esses trabalhos revelam que o patrimonialismo opera não apenas nos arranjos formais, mas também nos valores simbólicos, nas práticas informais e nas formas de sociabilidade que sustentam a ação do Estado.

O segundo eixo analisa a reconfiguração institucional do patrimonialismo em contextos democráticos e tecnicamente mais sofisticados. Estudos como os de Salazar-Morales (2023), Romero (2025) e Capano e Oliveira (2025) demonstram que a capacidade técnica do Estado, longe de impedir a captura patrimonialista, pode ser instrumentalizada por elites políticas para reforçar sua dominação. A profissionalização da burocracia, a descentralização federativa e as reformas institucionais — como a eleitoral de 2017 — não eliminam as lógicas clientelistas, mas frequentemente apenas as reorganizam. Nessa ótica, o patrimonialismo revela notável plasticidade institucional, adaptando-se a diferentes conjunturas históricas e formas de governo.

Por fim, o terceiro eixo concentra-se nos limites e possibilidades de superação do patrimonialismo, com foco nas estratégias institucionais de ampliação da participação cidadã e fortalecimento da accountability democrática. Trabalhos como os de Vaz (2011), Drybread (2018), Gervasoni (2021) e Kingstone e Power (2017) problematizam os resultados ambíguos de mecanismos como conselhos gestores, orçamentos participativos e reformas administrativas. Esses autores revelam que a democracia formal e a participação institucionalizada nem sempre resultam em transformação das lógicas patrimonialistas, podendo inclusive ser absorvidas ou neutralizadas por estruturas de poder localizadas, racializadas ou oligárquicas.

Quadro 1 – Categorias analíticas identificadas na Revisão Sistemática da Literatura

Categoria	Descrição
1. Patrimonialismo como estrutura histórica e cultural	Enfatiza a persistência de padrões de dominação baseados na fusão entre esferas pública e privada, na personalização do poder e na herança colonial. O patrimonialismo é visto como um traço estrutural da formação do Estado brasileiro e da cultura política nacional, operando para além das instituições formais.
2. Reconfiguração institucional do patrimonialismo	Analisa como práticas patrimonialistas se adaptam a contextos democráticos e tecnocráticos, sendo muitas vezes viabilizadas por alta capacidade técnica e reformas institucionais. O patrimonialismo se torna mais sofisticado, operando por meio da captura burocrática, alianças pragmáticas e redes clientelistas modernizadas.
3. Limites e possibilidades de superação institucional do patrimonialismo	Foca nos mecanismos de participação e “accountability” criados pela redemocratização, avaliando seu potencial — e também seus limites — na transformação das estruturas clientelistas. A categoria revela a coexistência entre inovação institucional e persistência de elites locais dominantes, especialmente no nível municipal.

Fonte: elaborado pelo autor

Assim, a literatura analisada converge na constatação de que o patrimonialismo brasileiro não é um resquício de um passado pré-moderno, mas um sistema resiliente, funcional e altamente adaptável. Sua reprodução se dá tanto por meio de práticas informais e valores herdados quanto por arranjos institucionais contemporâneos, que combinam eficiência técnica com instrumentalização política. Reformas pontuais e tecnocráticas, portanto, não bastam: a superação do patrimonialismo exige mudanças estruturais profundas nos sistemas de incentivos, na cultura política e nas formas de controle social sobre o Estado.

3.1.4 O patrimonialismo no Brasil contemporâneo

Como menciona o Ministro Luís Roberto Barroso (2022) em seu artigo “Os donos do poder: a perturbadora atualidade de Raymundo Faoro”, o patrimonialismo permanece como traço estrutural da política brasileira, manifestando-se em práticas recorrentes de apropriação privada do Estado, inclusive em episódios como os Anões do Orçamento, que revelam a persistência de distorções institucionais e uso indevido de recursos públicos. Em vez de rupturas abruptas que colocam em risco a estabilidade democrática, o desafio está em negociar avanços dentro dos limites possíveis — mesmo quando esses limites parecem estreitos demais — e resistem a se abrir, como

demonstram também a Operação Sanguesuga, o Mensalão, o Petrolão e o orçamento secreto. Esses casos, lembrados por Barroso (2022), evidenciam como o patrimonialismo, longe de ser um resíduo histórico, segue ativo e adaptado aos novos mecanismos de poder.

Na mesma linha, o então candidato ao governo de São Paulo Fernando Haddad, em entrevista ao programa Roda Viva (jun. 2022), afirmou que “o Estado brasileiro sempre foi patrimonialista”, destacando a dificuldade histórica em separar interesses públicos e privados. Haddad reforça que essa lógica é a antítese da República e cita Fernando Henrique Cardoso como um dos pensadores que ajudaram a compreender esse fenômeno, especialmente por meio da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrita com Enzo Faletto. Ao reconhecer que o patrimonialismo integra a matriz brasileira, Haddad aponta que a superação desse modelo exige mais do que reformas administrativas — requer uma transformação cultural e institucional profunda. Sua fala reforça a tese de que o patrimonialismo não é apenas uma herança institucional, mas uma lógica ainda presente no cotidiano político-administrativo do país, influenciando práticas clientelistas, estratégias eleitorais e o funcionamento das burocracias públicas.

Em diversas ocasiões, Paulo Guedes, ex-Ministro da Economia, também criticou o patrimonialismo como entrave ao desenvolvimento nacional. Em entrevista ao *Valor Econômico* (2019), afirmou que o Brasil vivia sob um modelo de “capitalismo de compadrio”, no qual o Estado era capturado por grupos organizados que se beneficiavam de privilégios, como crédito subsidiado, desonerações fiscais e contratos públicos direcionados. Para Guedes, esse modelo patrimonialista gerava ineficiência, desigualdade e corrupção, e precisava ser substituído por uma lógica de mercado mais aberta e competitiva.

Quando dois atores com visões de mundo tão distintas convergem na crítica ao patrimonialismo, é porque o tema ultrapassa ideologias, desnudando disfunção estrutural grave.

Estudos recentes apontam que o patrimonialismo contemporâneo não apenas persiste, como se manifesta por meio de mecanismos mais sofisticados de captura institucional, operando sob roupagem formalmente democrática. A lógica do compadrio atualiza-se

pela instrumentalização de cargos comissionados, pela apropriação estratégica de emendas parlamentares e pela blindagem jurídica de interesses privados — práticas que atravessam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dificultam significativamente os mecanismos de responsabilização pública. Conforme analisa Lazzarini (2011), o modelo de “capitalismo de laços” configura uma forma moderna de patrimonialismo, em que grupos econômicos se beneficiam de conexões estatais para acesso privilegiado a recursos públicos, moldando políticas conforme interesses particulares. De modo complementar, Latif (2024) denuncia a captura institucional como uma distorção que muitas vezes se apresenta sob o disfarce de justiça social, ao preservar privilégios para corporações e setores organizados à custa da equidade fiscal e da eficiência administrativa. Ambos os autores evidenciam que o patrimonialismo atual transcende práticas tradicionais de clientelismo, incorporando estratégias tecnocráticas e jurídicas que tornam o controle social mais complexo e a opacidade institucional mais difícil de romper.

O conceito de capitalismo de laços, desenvolvido por Sérgio Lazzarini (2011), reforça essa leitura ao demonstrar como empresas privadas se beneficiam de conexões políticas para obter vantagens estatais, como financiamento público, proteção regulatória e acesso privilegiado a mercados estratégicos. Segundo o autor, esse modelo configura uma forma moderna de patrimonialismo, na qual o entrelaçamento entre capital público e privado perpetua práticas de favorecimento e captura institucional, mesmo após processos de privatização e liberalização econômica. Zeina Latif (2024), por sua vez, denuncia o fenômeno do “Estado capturado” por corporações e grupos privilegiados, evidenciando que o patrimonialismo não se limita à esfera política, mas permeia também a economia e a formulação de políticas públicas. Para Latif, a lógica patrimonialista se disfarça de justiça social, ao preservar privilégios sob o discurso de inclusão, comprometendo a eficiência administrativa e a equidade fiscal. Ambas as análises convergem na constatação de que o patrimonialismo contemporâneo opera por meio de redes de influência institucionalizadas, dificultando a responsabilização e corroendo os fundamentos republicanos da ação estatal.

Esse modelo descrito — marcado pela intervenção estatal ampla, concentração de poder regulatório e baixa autonomia cidadã — encontra ressonância direta no conceito de capitalismo de laços, desenvolvido por Sérgio Lazzarini. Segundo o autor, trata-se de

um sistema em que relações pessoais e institucionais entre elites políticas e econômicas moldam o funcionamento da economia, perpetuando privilégios e dificultando a competição de mercado (LAZZARINI, 2011).

No capitalismo de laços, o Estado não atua como ente regulador neutro, mas como agente seletivo de favorecimento, distribuindo concessões, subsídios e acesso a crédito público com base em alianças político-empresariais. Essa lógica reforça a presença de monopólios e barreiras artificiais à entrada, como autorizações e licenças. O controle sobre importações, exportações e preços também se insere nesse arranjo, funcionando como instrumentos de proteção a grupos conectados ao poder estatal.

Lazzarini demonstra que, mesmo após processos de privatização e liberalização econômica, o Estado brasileiro manteve — e em alguns casos ampliou — sua centralidade nas redes de propriedade e influência, por meio de instituições como o BNDES e fundos de pensão estatais. Essa estrutura reforça o déficit de cidadania e de empreendedorismo, pois limita a atuação de agentes econômicos independentes e reproduz uma burocracia voltada à manutenção de interesses estabelecidos.

O conceito de neocoronelismo surge como tentativa de atualizar a análise clássica do coronelismo — formulada por Victor Nunes Leal — diante das transformações econômicas, sociais e institucionais ocorridas no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Segundo Carvalho (1987), o neocoronelismo representa a reconfiguração das práticas clientelistas tradicionais, agora operando em contextos urbanos e democráticos, por meio de novos agentes políticos que mantêm o controle sobre currais eleitorais, redes de favores e acesso a bens públicos, mesmo sem a posse direta da terra.

Lopes de Azevedo (2014) reforça que o neocoronelismo se manifesta na urbanização da dominação política, em que líderes locais — muitas vezes empresários, religiosos ou figuras midiáticas — assumem o papel de mediadores entre o Estado e populações vulneráveis, reproduzindo relações de dependência e barganha eleitoral. Essa lógica é sustentada por uma modernização conservadora, que amplia o acesso a bens e serviços sem alterar as estruturas de poder que os distribuem. Nesse contexto, a ascensão de influenciadores digitais como Pablo Marçal exemplifica uma nova forma de liderança política personalista, sustentada pela visibilidade nas redes sociais e pela

retórica do empreendedorismo meritocrático. Ao afirmar que “a democracia não é o governo da população, mas sim dos populares”, o influenciador revela uma concepção distorcida de soberania popular, em que o carisma digital e a popularidade substituem a representatividade institucional. Essa lógica reforça o neocoronelismo simbólico, no qual a autoridade política é legitimada não pela mediação democrática, mas pela performance individual e pela capacidade de mobilização em ambientes digitais, frequentemente capturados por interesses conservadores e alinhados ao status quo.

Salles (2012) e Santos (2002) constataam que o neocoronelismo, longe de ser um resíduo do coronelismo clássico, representa uma forma adaptativa de dominação política local que opera por meio da apropriação de instituições públicas e da manutenção de redes de dependência. Ambos os estudos demonstram como líderes regionais continuam a exercer controle político por meio da instrumentalização de órgãos estatais, da distribuição seletiva de bens públicos e do uso estratégico de recursos federativos — frequentemente travestidos de ações administrativas modernas. Essa lógica confirma que o neocoronelismo não se limita às formas tradicionais de mando pessoal, mas se articula com práticas burocráticas e democráticas contemporâneas, perpetuando relações clientelistas sob uma aparência institucionalizada.

Finalmente, como nos atualiza Barroso:

“a onipresença do Estado não se restringiu ao plano econômico, com o controle, ao longo do tempo, da lavoura, da indústria, do sistema financeiro, do crédito, dos sindicatos e do movimento operário. Também o mundo da política e a atuação da sociedade civil estiveram a reboque do poder estatal, criando súditos dependentes em lugar de cidadãos verdadeiramente autônomos.” (Barroso, 2022, p.12)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo após seis décadas da publicação de *Os Donos do Poder*, o Brasil continua enfrentando os dilemas centrais descritos por Faoro, como o patrimonialismo, a apropriação privada das funções estatais e a dificuldade em distinguir de forma efetiva o público do privado — desafios que, segundo Barroso (2022), seguem sendo objeto de um processo histórico de aprendizado lento, árduo e ainda inconcluso.

Diante dos achados sobre a resiliência do patrimonialismo e do neocoronelismo, torna-se evidente o paradoxo entre o ritmo proposto pelas reformas graduais e a urgência das

demandas sociais por maior justiça, equidade e eficiência institucional. A justa medida entre tempo institucional e urgência social exige mais do que boas intenções: requer uma leitura crítica das promessas de mudança e um enfrentamento lúcido das forças que resistem à transformação. Em vez de rupturas abruptas que colocam em risco a estabilidade democrática, o desafio está em negociar avanços dentro dos limites possíveis, mesmo quando esses limites parecem estreitos demais. Nesse sentido, o diagnóstico de Paulo Arantes (2014) sobre a “era da urgência” — marcada pela gestão imediata do presente e pela corrosão das expectativas de futuro — ajuda a compreender o impasse reformista brasileiro, em que a estabilidade democrática é preservada às custas da repetição das estruturas que bloqueiam robusta emancipação institucional.

Embora seja evidente a necessidade de mudanças profundas na estrutura social e política brasileira, a experiência histórica e o contexto contemporâneo impõem limites claros à possibilidade — e à legitimidade — de rupturas violentas. A construção de uma democracia sólida e inclusiva demanda reformas graduais, diálogo institucional e fortalecimento da cultura política republicana, evitando os riscos de soluções abruptas que apenas prolongariam o ciclo de autoritarismos, instabilidade e fragmentação institucional.

Trata-se, portanto, de uma via racional e pragmática, que reconhece os limites operacionais da democracia brasileira, mas busca superá-los por meio do fortalecimento das instituições, da elaboração de políticas públicas inclusivas e da expansão da cidadania substantiva. Sociedades que vivenciaram revoluções transformadoras — como França, Estados Unidos, Rússia e Cuba — remodelaram suas estruturas político-sociais por meio de ruptura profunda; o Brasil, ao contrário, construiu sua trajetória sobre pactos gradativos, reformismo adaptativo e permanências estruturais.

As experiências históricas demonstram que a violência revolucionária, embora muitas vezes movida por legítimos anseios de justiça, pode desencadear processos autoritários, desorganização social e retrocessos econômicos — riscos que o Brasil conhece bem, e que reforçam a necessidade de alternativas institucionais viáveis. O desafio, portanto, é encontrar caminhos para fortalecer a democracia e a cultura republicana, a fim de viabilizar reformas estruturantes sem recorrer à ruptura violenta.

Nesse horizonte, mesmo as chamadas “revoluções conservadoras” — quando acompanhadas de vigilância social e cobrança por transparência — podem abrir espaço para avanços reais. Diante do dilema entre ruptura e continuidade, a via reformista, representada por pensadores como Fernando Henrique Cardoso, oferece uma alternativa equilibrada: reconhece a urgência das transformações, mas aposta na construção de consensos democráticos como base para

mudanças duradouras. Como afirma o próprio Cardoso, “existe uma via social-democrática para o desenvolvimento sustentado e para a melhoria da vida do povo que se distinga, por um lado, da crença no automatismo do mercado e, por outro, do intervencionismo burocrático-estatal” (CARDOSO, 2008, p. 128), revelando sua confiança na ação institucional gradual e pactuada. Em reflexões posteriores, Cardoso sustenta que o sucesso das reformas depende não apenas da técnica administrativa, mas também da capacidade de articular vontades sociais divergentes dentro do espaço democrático (CARDOSO, 2010). Reformar, nesse sentido, não é renunciar à crítica, mas recusar o impulso voluntarista e os vãos curtos que, historicamente, têm fracassado diante da resiliência das estruturas patrimonialistas e coronelistas que ainda marcam a vida política brasileira, notadamente pela permanência em funções de poder de representantes da “sociedade clânica” de Oliveira Viana, renúncias fiscais sem contrapartidas de desenvolvimento e financiamentos a empresas “amigas”, força matriz do capitalismo politicamente orientado e, de certa forma, cordial.

5 REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo Eduardo. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ANSELL, Aaron Michael. Zero hunger: political culture and antipoverty policy in Northeast Brazil. UNC Press Books, 2014.
- BARROSO, Luís Roberto. Os donos do poder: a perturbadora atualidade de Raymundo Faoro. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 12, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.supremotribunalfederal.jus.br>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CAPANO, Giliberto; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Federal capabilities and social policy in Brazil: A capability-centered approach. Brazilian Journal of Public Administration, v. 59, n. 1, p. 89–112, 2025.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma e imaginação. In: O Estado numa sociedade de massas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. p. 127–130.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O sociólogo e o político. In: SORJ, B.; FAUSTO, S. Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 29–60.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Coronelismo e neo-coronelismo: eternização do quadro de análise política do Nordeste?. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 3, n. 2, p. 193–206, 1987. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1025>. Acesso em: 22 jul. 2025.

COLLIER, Ruth Berins; COLLIER, David. *Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2015.

CRISTENSEN, Darin; GARFIAS, Frederico. Local political incentives and the politics of urban land reform in Brazil. *World Politics*, v. 73, n. 3, p. 456–498, 2021.

DRYBREAD, Kirsten. When corruption is not a crime: ‘Innocent’ white politicians and the racialisation of criminality in Brazil. *Culture, Theory and Critique*, v. 59, n. 4, p. 332–353, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14735784.2018.1527706>. Acesso em 10 jul. 2025.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1978.

FILGUEIRAS, Fernando. O patrimonialismo político brasileiro: reflexões sobre o seu caráter contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, p. 1–18, 2018.

GERVASONI, Carlos. *Hybrid regimes withindemocracies: fiscal federalism and subnational rentierism in LatinAmerica*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

GUEDES, Paulo. Entrevista concedida a Ana Conceição. *Valor Econômico*, São Paulo, 10 set. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/10/tributaristas-questionam-propostas-de-guedes.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2025.

KINGSTONE, Peter R.; POWER, Timothy J. *DemocraticBrazilrevisited*. Pittsburgh: Universityof Pittsburgh Press, 2017.

LATIF, Zeina. Quando o patrimonialismo se disfarça de justiça social. *O Globo*, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/zeina-latif/coluna/2024/06/quando-o-patrimonialismo-se-disfarca-de-justica-social.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões*. São Paulo: Elsevier, 2011.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

LOPES DE AZEVEDO, Mauro. Coronelismo e neocoronelismo: uma revisão. *Khóra: Revista*

Transdisciplinar, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/view/28>. Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVIERI, Cecília. Os controles políticos sobre a burocracia. *Revista de Administração Pública*, v. 45, p. 1395-1424, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/Gq9bdrHzFwqX3q6vrjTnqBJ>. Acesso em: 18 jul. 2025.

PETERS, B. Guy. Traditions of administration and their implications for reform in Latin America. *Revista do Serviço Público*, v. 72, n. 3, p. 425–442, 2021.

RODA VIVA. Fernando Haddad. São Paulo: TV Cultura, 6 jun. 2022. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QKU8weiPnag>. Acesso em: 20 jul. 2025.

ROUGIER, Marcelo; COMBARNOUS, François; FAURÉ, Yves-André. Local political dynasties and development outcomes: Evidence from Northeast Brazil. *Journal of Development Studies*, v. 58, n. 4, p. 627–645, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41287-021-00453-6>. Acesso em 15 jul. 2025.

ROMERO, Marvin. Technocratic discretion and procurement capture: the role of expertise in Guatemala's infrastructure contracts. *Latin American Politics and Society*, v. 67, n. 1, p. 45–72, 2025.

SALAZAR-MORALES, Diego. The merchant theory of expertise: technical knowledge in patrimonial democracies. *Governance*, v. 36, n. 1, p. 139–164, 2023.

SALAZAR-MORALES, Diego A.; LAURIANO, Lucas Amaral. A typology of the Latin American civil servant: patronage appointee, technocrat, loyalist, or careerist. In: *The Palgrave handbook of the public servant*. Cham: Springer International Publishing, 2021. p. 41-62. Disponível em: https://link.springer.com/rwe/10.1007/978-3-030-29980-4_71. Acesso em 15 jul. 2025.

SALLES, Alexandra. Do coronelismo ao neo-coronelismo: um estudo sobre a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/caed6891-abe8-4423-a39b-0022306b4ad9>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SANTOS, Ruyter Antonio Bezerra dos. Neocoronelismo, aspersor e voto: estudo de caso sobre a herança do coronelismo e o poder local da família Coelho em Petrolina – PE (1990–2000). 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1645>. Acesso em: 10 jul. 2025.

TESTA, Graziella; MESQUITA, Lara; BOLOGNESI, Bruno. Do fisiologismo ao centro do poder: as reformas eleitorais e o centrão 2.0. *Caderno CRH*, Salvador, v. 37, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/KYZ8sp5GL475Rnww8bMVGHj/>. Acesso em 20 jul. 2025.

VAZ, Alexander Cambraia N. Participação política, efeitos e resultados em políticas públicas: notas crítico-analíticas. *Opinião Pública*, v. 17, p. 163–205, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/items/bd4f45f2-700b-4f5b-a3cf-3ff22a07e788>. Acesso em 20 jul. 2025.

WOLFORD, Wendy. The casa and the causa: institutional histories and cultural politics in Brazilian land reform. *Latin American Research Review*, v. 51, n. 4, p. 24–42, 2016. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/casa-and-the-causa-institutional-histories-and-cultural-politics-in-brazilian-land-reform/268DA5D2447E71316308C6742A80121D>. Acesso em 20 jul. 2025.